

**CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO
URUGUAI CATARINENSE**

Concórdia – SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Diretores e Conselheiros da
CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI
CATARINENSE
Concórdia/SC**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, Entidade sem Finalidade de Lucro (NBC TG 2002-R1) e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Covid-19

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 16 - Eventos Subsequentes – Covid-19, sobre as avaliações dos riscos e incertezas que estão sendo avaliados pela Instituição em relação aos impactos futuros em suas operações e sua continuidade operacional, ocasionado pela pandemia atualmente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Criciúma/SC, 22 de fevereiro de 2023.

VALUTARE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC nº 10.314/O-1 | CVM AD nº 20.604/23



RAMON VICTOR ROSENG ZANETTE
Contador CRC/SC nº 037.344/O-1

AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO
CNPJ: 04.432.096/0001-18
Concórdia - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais)

A T I V O		2022	2021
	Nota		
CIRCULANTE		44.066.763,04	29.289.864,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3A/4	11.573.668,03	5.296.919,57
DIREITOS REALIZÁVEIS		32.493.095,01	23.992.945,10
Operações - programa de crédito	3B/5	36.025.749,67	25.650.672,12
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3C/6	(3.654.142,75)	(1.718.460,67)
Outros créditos		121.488,09	60.733,65
NÃO CIRCULANTE		15.220.494,74	13.994.948,75
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		13.860.796,32	12.900.656,47
Operações - programa de crédito	3B/5	13.659.955,53	12.900.656,47
Outros valores a receber		200.840,79	-
INVESTIMENTOS		381.730,37	506.052,39
Investimentos		381.730,37	506.052,39
IMOBILIZADO	3D/7	976.587,05	586.858,89
Bens em operação		1.685.534,55	1.281.392,07
(-) Depreciações acumuladas		(708.947,50)	(694.533,18)
INTANGÍVEL		1.381,00	1.381,00
Bens intangíveis		1.381,00	1.381,00
TOTAL DO ATIVO		59.287.257,78	43.284.813,42

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO
CNPJ: 04.432.096/0001-18
Concórdia - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais)

P A S S I V O

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		5.782.924,71	4.918.819,10
Instituições financeiras	3E/8	4.703.939,59	3.761.262,28
Fornecedores		97.285,83	106.664,51
Salários e ordenados a pagar		197.313,55	198.303,61
Obrigações fiscais e sociais	9	171.616,06	160.984,94
Provisões trabalhistas	3F/10	474.530,41	443.297,88
Outras contas a pagar	11	138.239,27	248.305,88
NÃO CIRCULANTE		23.905.018,08	13.643.126,11
Instituições financeiras	3E/9	23.687.422,90	13.534.158,20
Provisões para contingências		20.000,00	20.000,00
Outras contas a pagar	11	197.595,18	88.967,91
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.599.314,99	24.722.868,21
Patrimônio social	12	29.599.314,99	24.722.868,21
TOTAL DO PASSIVO		59.287.257,78	43.284.813,42

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO
CNPJ: 04.432.096/0001-18
Concórdia - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em reais)

		PERÍODOS	
		01/Jan./2022	01/Jan./2021
		a	a
		31/Dez./2022	31/Dez./2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	Nota	<u>21.694.042,10</u>	<u>15.861.204,21</u>
Rendas com operações de crédito	3G	20.678.600,04	14.705.181,95
Juros, mora e multa por atraso	3H	1.015.442,06	1.156.022,26
DEDUÇÕES RECEITA OPERACIONAL BRUTA		<u>(3.553.738,08)</u>	<u>(2.962.687,18)</u>
Encargos com captação de recursos	3I	(2.839.461,13)	(2.111.031,14)
Descontos antecipação		(714.276,95)	(851.656,04)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>18.140.304,02</u>	<u>12.898.517,03</u>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		<u>1.698.368,72</u>	<u>1.195.551,70</u>
Recuperação de créditos baixados p/ perdas		1.698.368,72	1.195.551,70
DESPESAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO		<u>(4.013.841,62)</u>	<u>(1.486.401,08)</u>
Perdas no recebimento de créditos	3J	(2.078.159,54)	(1.305.861,07)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa		(1.935.682,08)	(180.540,01)
SUPERÁVIT BRUTO		<u>15.824.831,12</u>	<u>12.607.667,65</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(11.566.744,56)</u>	<u>(9.054.189,29)</u>
Despesas gerais e administrativas		(11.309.002,71)	(8.834.304,64)
Despesas tributárias		(74.897,09)	(76.704,08)
Despesas de serviços financeiros		(182.844,76)	(143.180,57)
SUPERAVIT OPERACIONAL		<u>4.258.086,56</u>	<u>3.553.478,36</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		<u>546.991,04</u>	<u>450.426,75</u>
Rendimentos de aplicações financeiras		452.349,35	427.713,70
Outras receitas e despesas operacionais		94.641,69	22.713,05
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		<u>71.369,18</u>	<u>42.460,57</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>4.876.446,78</u>	<u>4.046.365,68</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO
CNPJ: 04.432.096/0001-18
Concórdia - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em reais)

EVENTOS	SUPERÁVITS ACUMULADOS	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	20.676.502,53	-	20.676.502,53
Superávit do exercício	-	4.046.365,68	4.046.365,68
Incorporação do superávit do exercício ao patrimônio social	4.046.365,68	(4.046.365,68)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	24.722.868,21	-	24.722.868,21
Superávit do exercício	-	4.876.446,78	4.876.446,78
Incorporação do superávit do exercício ao patrimônio social	4.876.446,78	(4.876.446,78)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	29.599.314,99	-	29.599.314,99
Mutações do período	4.876.446,78	-	4.876.446,78

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO
CNPJ: 04.432.096/0001-18
Concórdia - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em reais)

	PERÍODOS	
	01/Jan./2022 a 31/Dez./2022	01/Jan./2021 a 31/Dez./2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.757.409,71	(6.405.054,99)
Superávits dos exercícios	4.876.446,78	4.046.365,68
Ajustado por:		
Depreciação do período	14.414,32	115.377,57
Constituição (reversão) da PCLD	1.935.682,08	180.540,01
Variações nos ativos e passivos		
Operações - programa de crédito	(11.134.376,61)	(10.735.253,78)
Outros créditos	(60.754,44)	(36.508,20)
Fornecedores	(9.378,68)	54.887,12
Salários e ordenados a pagar	(990,06)	170.346,48
Obrigações fiscais e sociais	10.631,12	(77.319,26)
Provisões de férias	31.232,53	115.728,49
Aumento e redução com instituições financeiras microcrédito	11.095.942,01	(132.107,54)
Outras contas a pagar	(1.439,34)	(107.111,56)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(480.661,25)	(352.599,61)
Investimentos	124.322,02	(141.766,45)
Outros valores a receber	(200.840,79)	-
Baixas líquidas do imobilizado	(404.142,48)	(210.833,16)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
Atividades de financiamento	-	-
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.276.748,46	(6.757.654,60)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.296.919,57	12.054.574,17
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.573.668,03	5.296.919,57

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO
ALTO URUGUAI CATARINENSE
CNPJ: 04.432.096/0001-18
Concórdia - SC**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022
(Valores expressos em reais)**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE** é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como OSCIP (Organização de Sociedade Civil de Interesse Público) nos termos da lei n.º 9.790/99, e tem por finalidade: I – Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, através da concessão de crédito produtivo e orientado, visando a criação e a consolidação de empreendimentos de micro e pequeno porte, formais ou informais, sob a forma de pessoas físicas ou jurídicas; II – Apoiar os micros empreendimentos através da experimentação, de forma não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; III – Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias de baixa renda através da concessão de crédito pessoal, visando entre outras finalidades, aquisição de bens de consumo duráveis novos ou usados, formação profissional, tratamento de saúde, melhorias do meio de transporte e habitação, visando o aumento da renda familiar e da capacidade empreendedora dos beneficiários; IV – Prestar assistência técnica e capacitação a micro e pequenos empreendedores e seus empregados, visando à melhoria da gestão e o aumento da competitividade dos empreendimentos; V – Administrar recursos financeiros repassados através de termos de parceria por entidades públicas ou privadas, de acordo com a legislação em vigor; VI - Administrar recursos financeiros repassados através de termos de parceria por entidades públicas ou privadas, de acordo com a legislação em vigor; VI – Participar do capital social de empresas desenvolvedoras de sistemas informatizados, empresas de tecnologia financeira denominadas “*fintechs*”, microsseguradoras e corretoras de microseguros, visando o aumento da competitividade da CRECERTO e sustentabilidade; VII – Buscar como resultado da gestão da Instituição o equilíbrio entre o desempenho financeiro e o desempenho social, com procedimentos alinhados com os padrões universais de gestão de desempenho social, através de medidas que protejam os clientes externos e internos com transparência, dentro de um contexto de práticas responsáveis e crédito orientado; VIII – Estimular a educação e inclusão financeira do público alvo através da utilização de meios eletrônicos de pagamento, contas digitais e aplicativos em telefones celulares, de acordo com a legislação em vigor que regula os Arranjos de Pagamentos no Brasil; e, tem como área de atuação todo o território nacional, respeitando as condições técnicas e operacionais de atendimento.

A Instituição está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Concórdia/SC e mantém filiais no Estado de Santa Catarina, nos municípios de Capinzal, Catanduvas, Chapecó, Seara, Videira e Xanxerê. No Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Caxias do Sul, Erechim e Passo Fundo; e no Estado do Paraná no município de Pato Branco.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela administração da instituição em 22 de fevereiro de 2023.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros e NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, exceto quanto a seção 27, e com a Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, juntamente com o Manual do Plano de Contas Contábil para OSCIP de Microcrédito, editado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em atendimento ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, criado pela Lei nº 11.110/05.

b) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de acordo com as normas descritas na Seção 2 da NBC TG 1000 (R1).

c) Moeda Funcional

A Administração da Instituição definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 da NBC TG 1000 (R1).

d) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Instituição revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

e) Ajuste a Valor Presente

Quando aplicável, os valores sujeitos a tal ajuste, são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Seção 2 da NBC TG 1000 (R1).

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Instrumentos Financeiros

Não Derivativos

A Instituição reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição desreconhece o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Instituição transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Instituição tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Instituição tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Instituição não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são avaliados pelo valor justo através do resultado se a Instituição gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. A Instituição não possui instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado.

A Instituição possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de Bancos e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

Sobre as aplicações financeiras são reconhecidos os rendimentos *pro rata temporis*.

Recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de operações – programa de crédito.

Exigíveis: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de financiamentos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados por instituições financeiras e outras contas a pagar.

b) Operações – Programa de Crédito

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, atualizados até a data do balanço, líquido dos juros futuros a receber.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa teve como referência os parâmetros definidos na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), considerando-se os critérios e percentuais descritos na Resolução supracitada, conforme orientações do Ministério do Trabalho e Emprego, descritas no Manual do Plano de Contas Contábil para OSCIP de Microcrédito e Comunicado AMCRED-SC e normativas posteriormente emitidas.

d) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, sendo depreciados com base no método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, às seguintes taxas:

Conta	Depreciação
Computadores e Periféricos	20% a.a.
Móveis e Utensílios	10% a.a.
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% a.a.
Veículos	20% a.a.

e) Instituições Financeiras

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido da Instituição Financeira, incluindo os custos da transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com encargos financeiros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os encargos financeiros são incluídos à rubrica Encargos com Capitação de Recursos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Instituição tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

f) Provisões Trabalhistas e Encargos

As provisões trabalhistas são reconhecidas tendo como base as obrigações assumidas pela instituição, referentes a eventos futuros, atendendo a legislação trabalhista em vigor e ao princípio contábil da competência.

g) Rendas com Operações de Crédito

As rendas com operações de créditos são reconhecidas em base linear, durante o contrato de empréstimo para clientes, seguindo-se as determinações contratuais e o princípio contábil da competência. Para os contratos com parcelas vencidas a mais de 60 (sessenta dias), a apropriação de juros se dá pelo efetivo recebimento.

h) Juros, Mora e Multa por Atraso

Refere-se a encargos financeiros conforme disposições contratuais e de mercado, apropriados sobre os valores a receber de clientes que se encontram em atraso, atualizando tais créditos em montante não superior ao permitido pelos órgãos reguladores.

i) Perdas no Recebimento de Créditos

Os contratos decorrentes de operações de créditos que se encontram vencidos a mais de 360 (trezentos e sessenta) dias, são reconhecidos em sua totalidade para Perdas, apropriados em despesa operacional.

No momento em que tais recursos são recebidos pela instituição, é reconhecida uma receita, apropriada à rubrica Recuperação de Créditos Baixados para Perdas.

j) Apuração do Superávit

As receitas e as despesas decorrentes das atividades da Instituição foram reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

k) Isenção Tributária

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como instituição de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi constituída, a instituição possui isenção do IRPJ e do recolhimento das Contribuições Sociais, conforme artigo n.º 184 do Decreto 9.580/2018 e artigo n.º 15 da Lei n.º 9.532/97.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representado pelos valores financeiros livres para movimentação, conforme segue:

Descrição	2022	2021
Bens numerários	7.951,29	1.484,31
Depósitos bancários à vista	233.214,37	2.314.727,45
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.332.502,37	2.980.707,81
Total de Caixa e Equivalentes de caixa	11.573.668,03	5.296.919,57

NOTA 5 – OPERAÇÕES – PROGRAMA DE CRÉDITO

Apresenta os valores a receber decorrentes de linhas de microcrédito concedidas aos beneficiários, com taxa básica de juros de 3,59% ao mês em média, nas modalidades de capital fixo, giro, misto e recebíveis.

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cientes de microcrédito	50.962.954,95	18.728.227,88	36.305.722,92	16.952.435,84
Cientes de recebíveis	135.145,00	-	116.616,00	-
(-) Rendas a apropriar	(15.072.350,28)	(5.068.272,35)	(10.771.666,80)	(4.051.779,37)
Total de Operações – Programa de Crédito	36.025.749,67	13.659.955,53	25.650.672,12	12.900.656,47

As garantias são compostas por avais de terceiros em sua maioria, ou alienações fiduciárias quando se trata de bens corpóreos.

NOTA 6 – PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A PCLD é calculada tendo como base a Resolução nº 2.682/99 do Bacen, com a seguinte composição:

Classificação	2022	2021
AA - em dia *	(187.192,44)	(157.500,92)
A - 01 a 14 dias - 0,5%	(3.477,55)	(5.261,90)
B - 15 a 30 dias - 1%	(47.269,86)	(30.599,51)
C - 31 a 60 dias - 3%	(45.882,83)	(19.558,84)
D - 61 a 90 dias - 10%	(93.271,05)	(40.480,78)
E - 91 a 120 dias - 30%	(226.116,33)	(88.210,22)
F - 121 a 150 dias - 50%	(322.693,54)	(153.473,90)
G - 151 a 180 dias - 70%	(548.863,46)	(134.273,51)
H - Acima de 180 dias - 100%	(2.179.375,68)	(1.089.101,10)
Total de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.654.142,74)	(1.718.460,68)

*Por determinação da AMCRED os saldos de clientes classificados em nível "AA" serão calculados o percentual equivalente de 0,5% sobre o total desse nível para constituição de provisão de perda.

Mensalmente, os atrasos nos pagamentos de parcelas de principal e de encargos são avaliados por faixa de vencimento, e os contratos são segregados por níveis conforme determinação da Resolução Bacen nº 2.682/99.

NOTA 7 – IMOBILIZADO

São os bens tangíveis da Instituição, com a seguinte movimentação no exercício de 2022:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
		(Baixa)	(Depreciação)	
Imobilizado	586.858,89	742.125,05	(352.396,89)	976.587,05
Bens em operação	1.281.392,07	581.958,28	(177.815,80)	1.685.534,55
Benfeitorias em imóveis de terceiros	31.193,43	167.357,29	-	198.550,72
Computadores e periféricos	339.007,35	91.833,24	(13.442,83)	417.397,76
Móveis e utensílios	320.579,78	250.277,06	(31.088,14)	539.768,70
Veículos	590.611,51	72.490,69	(133.284,83)	529.817,37
(-) Depreciações acumuladas	(694.533,18)	160.166,77	(174.581,09)	(708.947,50)
(-) Benfeitorias em imóveis de terceiros	(9.336,48)	8.791,09	(66.101,78)	(66.647,17)
(-) Computadores e periféricos	(157.121,30)	-	(7.723,79)	(164.845,09)
(-) Móveis e utensílios	(114.229,42)	18.090,85	(34.566,87)	(130.705,44)
(-) Veículos	(413.845,98)	133.284,83	(66.188,65)	(346.749,80)

NOTA 8 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Representam os valores nominais a vencer dos contratos de financiamentos e encargos financeiros calculados até a data do balanço, com vencimentos até Nov./2025, atualizados pela TJLP + 1,3, 4%, 5%, 6,25% a.a. e SELIC + 5,6% a.a.

Instituição	Contrato	Vencimento	Atualização	2022		2021	
				Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BADESC	2011004706	jun/25	(a)	-	-	87.964,56	418.136,95
BADESC	2011004707	jun/25	(a)	-	-	263.893,62	1.254.410,48
BADESC	2011004708	jun/26	(a)	86.599,26	418.136,95	-	-
BADESC	2011004709	jun/26	(a)	259.797,70	1.254.410,48	-	-
BADESC	2011052303	jun/25	(b)	-	-	614.539,52	1.456.274,55
BADESC	2011052304	fev/26	(b)	595.490,87	1.456.274,55	-	-
BADESC	2011054203	jun/25	(a)	-	-	351.858,14	1.672.547,31
BADESC	2011054204	jun/26	(a)	346.396,93	1.672.547,31	-	-
BNDES	15201321/015	jun/24	(c)	939.594,84	1.767.627,22	756.879,30	3.720.705,38
BNDES	21202251/015	set/27	(b)	-	7.017.666,11	-	-
BRADESCO	237/15685815	ago/26	(d)	257.521,34	686.723,58	-	-
OIKOCREDT	2083B	nov/25	(e)	1.770.970,25	3.306.172,86	1.686.127,14	5.012.083,53
OIKOCREDT	2083C	dez/28	(e)	-	6.107.863,81	-	-
PF	NA	fev/23	(f)	447.568,40	-	-	-
Total de Instituições financeiras				4.703.939,59	23.687.422,87	3.761.262,28	13.534.158,20

- (a) 5,23%a.a. + TJLP
- (b) 4,23%a.a. + TJLP
- (c) 1,3%a.a. + URTJLP
- (d) 4,76%a.a.
- (e) 5,6%a.a.+SELIC
- (f) 125% DI

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
INSS a recolher	93.369,26	91.768,16
IRRF a recolher	34.940,25	29.964,74
FGTS a recolher	31.197,86	29.977,79
Pis sobre salários a recolher	8.663,84	8.027,62
Cofins a recolher	3.172,32	924,10
Pis/Cofins/CS a recolher	177,28	116,33
INSS retido a recolher	63,25	22,44
Contribuição Sindical	32,00	179,68
ISS retido a recolher	-	4,08
Total de Obrigações fiscais e sociais	171.616,06	160.984,94

NOTA 10 – PROVISÕES TRABALHISTAS

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Provisão Férias e 1/3	354.844,22	331.492,76
Provisão INSS Férias	91.413,77	85.352,35
Provisão FGTS Férias	28.272,42	26.452,77
Total de Provisões trabalhistas	474.530,41	443.297,88

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não
Alugueis a Pagar	48.783,21	-	-	-
Depósitos Não identificados**	45.743,56	-	40.656,78	-
Cheques a Compensar*	11.223,25	-	18.574,67	-
Liberações à Compensar	5.311,00	-	119.249,41	-
Antecipação Honra Crédito SC Garantia***	-	197.595,18	-	88.967,91
Total de Outras contas a pagar	138.239,27	197.595,18	248.305,88	88.967,91

* Referem-se a cheques emitidos e ainda não compensados.

** Trata-se de depósitos recebidos que se encontram pendentes de identificação.

*** Se refere a antecipação de honra conforme operação com a SC Garantia. Tal valor será devolvido mediante a cobrança do respectivo devedor.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido, no montante de R\$ 29.599.314,99 (vinte e nove milhões quinhentos e noventa e nove mil trezentos e quatorze reais com noventa e nove centavos), decorre de superávits e déficits acumulados de exercícios anteriores.

Em atendimento ao item 15 da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, os superávits e déficits de exercícios anteriores e do exercício atual foram incorporados ao saldo de Patrimônio Social.

Em caso de extinção da Instituição, seu patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica, sem fins lucrativos, também registrada no Ministério da Justiça, respeitados os casos previstos, compromissos e convênios firmados na legislação vigente e, preferencialmente, que tenha o mesmo objetivo social.

NOTA 13 – COBERTURA DE SEGUROS

A Instituição tem como prática a contratação de seguros para seus bens imóveis e móveis em valores que se considera suficiente para cobertura de eventuais danos decorrentes de sinistros.

NOTA 14 – CONTINGÊNCIAS

A Instituição é integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível e trabalhista, que surgem no curso normal de seus negócios. De acordo com sua assessoria jurídica, as contingências foram classificadas com risco de perda remoto ou possível, dispensando a provisão contábil para elas.

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Instituição não tinha qualquer contrato de troca de índices (*swaps*) ou que envolvessem operações com derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e contas a pagar estão registrados pelo valor de custo acrescidos dos rendimentos ou encargos incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

NOTA 16 – EVENTOS SUBSEQUENTES – COVID-19

A pandemia mundial causada pela Covid-19 motivou a adoção de providências para tentar impedir o avanço da doença, incluindo a restrição de circulação de pessoas e o fechamento de comércio não essencial e de escolas. Esse evento acabou afetando a economia mundial e a economia brasileira, gerando impactos nas operações das entidades brasileiras, incluindo as Instituições de Microcrédito.

Como consequência, a Instituição buscou atender aos anseios da comunidade na qual está inserida, promovendo a prorrogação de prazos e renegociação de contratos de clientes que foram afetados, direta ou indiretamente, pelas restrições impostas pelo poder público.

Os efeitos econômicos decorrentes das medidas tomadas para a contenção da Covid-19 ainda não podem ser estimados, pois os Órgãos Públicos estão engajados na busca de soluções para conter o avanço da pandemia.

A administração da Instituição continua seguindo as determinações dos Órgãos de Saúde, privando pela saúde de seus colaboradores, clientes e comunidade em geral. A Instituição vem aplicando esforços para ultrapassar a crise e continuar os objetivos sociais, privando pelo desenvolvimento econômico e distribuição de renda através da concessão de créditos, bem como, a criação e o desenvolvimento do empreendimento.